NOVA CONCURSOS

PC-PE

POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

ESCRIVÃO DE POLÍCIA



- Legislação Estadual
- Noções de Direito Processual Penal
- Língua Portuguesa
- Informática
- Raciocínio Lógico
- Estatística
- Noções de Arquivologia
- Atualidades
- Redação Discursiva
- Noções de Direito Constitucional (On-line)
- Noções de Direito Administrativo (On-line)
- Noções de Direito Penal (On-line)

Conteúdo de acordo com o último Edital
Legislação comentada
Questões gabaritadas da banca CEBRASPE

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 1 – PCPE, DE 2 DE OUTUBRO DE 2026

Polícia Civil de Pernambuco

PC-PE

Escrivão de Polícia

NV-006OT-26-PC-PE-ESCRIVAO-POLICIA
Cód.: 7908428819712

NOVA CONCURSOS

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Escrivão de Polícia de acordo com o Edital nº 1 – PCPE, de 2 de outubro de 2026, da Polícia Civil de Pernambuco - PC-PE.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca CEBRASPE, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Noções de Direito Constitucional, Noções de Direito Administrativo e Noções de Direito Penal disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL 11

- **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ARTIGOS 101 A 105-B) 11**
- **LEI Nº 6.425/1972 (ESTATUTO DO POLICIAL CIVIL) 13**
- **LEI Nº 6.123/1968 (ESTATUTO DO SERVIDOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO) 21**
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2008 ..... 43**
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 317/2015 ..... 53**

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL 59

- **DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO DIREITO PROCESSUAL PENAL 59**
- **APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS 61**
- **INQUÉRITO POLICIAL 66**
- **PROVA 80**
  - **EXAME DE CORPO DE DELITO E PERÍCIAS EM GERAL 84**
  - **INTERROGATÓRIO DO ACUSADO 94**
    - Confissão 96
  - **DO OFENDIDO 96**
  - **TESTEMUNHAS 97**
  - **RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS 99**
  - **ACAREAÇÃO 99**
  - **DOCUMENTOS 100**
  - **INDÍCIOS 101**
  - **BUSCA E APREENSÃO 101**
- **PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA 103**
  - Lei nº 7.960/1989 (Prisão Temporária) 117
  - **MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO 118**
- **JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (LEI Nº 9.099/1995) 126**
- **INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (LEI Nº 12.830/2013) 131**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA 137

- **COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS 137**
- **RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS 140**
- **DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL 150**
- **DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL 152**

EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL 152

- **EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS 157**

DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO 157

Colocação dos Pronomes Átonos 166
Emprego de Modos Verbais 166
Emprego de Tempos Verbais 166
Relações de Coordenação entre Orações e entre Termos da Oração 180

RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO 181

Regência Verbal 184
Regência Nominal 186
Concordância Verbal 186
Concordância Nominal 189

- **EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO 192**
- **EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE 196**
- **REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO: SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS 198**

REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO 198

- **SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS 200**
- **REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE 202**
- **CORRESPONDÊNCIA OFICIAL 204**

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 204

ASPECTOS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL 206

FINALIDADE DOS EXPEDIENTES OFICIAIS 209

ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO TIPO DE DOCUMENTO E ADEQUAÇÃO DO FORMATO DO TEXTO AO GÊNERO 235

INFORMÁTICA 249

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

■ SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 249

FUNDAMENTOS DO WINDOWS: OPERAÇÕES COM JANELAS, MENUS, BARRA DE TAREFAS E ÁREA DE TRABALHO E CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO WINDOWS (RESOLUÇÃO DA TELA, CORES, FONTES, IMPRESSORAS, APARÊNCIA, SEGUNDO PLANO E PROTETOR DE TELA) 249

TRABALHO COM PASTAS E ARQUIVOS: LOCALIZAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS; MOVIMENTAÇÃO E CÓPIA DE ARQUIVOS E PASTAS E CRIAÇÃO E EXCLUSÃO DE ARQUIVOS E PASTAS 255

WINDOWS EXPLORER 269

■ MICROSOFT 365 269

PROCESSADOR DE TEXTOS WORD: ÁREA DE TRABALHO, BARRAS DE FERRAMENTAS, BOTÕES E MENUS DO WORD, FORMATAÇÃO DE DOCUMENTOS — RECURSOS DE MARGENS, TABULAÇÃO, RECUO E ESPAÇAMENTO HORIZONTAL, ESPAÇAMENTO VERTICAL, FONTES, DESTAQUE (NEGRITO, SUBLINHADO, ITÁLICO, SUBSCRITO, SOBRESCRITO ETC.) —, ORGANIZAÇÃO DO TEXTO EM LISTAS E COLUNAS, TABELAS, ESTILOS E MODELOS, CABEÇALHOS E RODAPÉS E CONFIGURAÇÃO DE PÁGINA 270

PLANILHA ELETRÔNICA EXCEL: ÁREA DE TRABALHO, BARRAS DE FERRAMENTAS, BOTÕES E MENUS DO EXCEL, DESLOCAMENTO DO CURSOR NA PLANILHA, SELEÇÃO DE CÉLULAS, LINHAS E COLUNAS, INTRODUÇÃO DE NÚMEROS, TEXTOS, FÓRMULAS E DATAS NA PLANILHA, REFERÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA, PRINCIPAIS FUNÇÕES DO EXCEL (MATEMÁTICAS, ESTATÍSTICAS, DATA-HORA, FINANCEIRAS E DE TEXTO), FORMATAÇÃO DE PLANILHAS (NÚMERO, ALINHAMENTO, BORDA, FONTE, PADRÕES), EDIÇÃO DE PLANILHA (OPERAÇÕES DE COPIAR, COLAR, RECORTAR, LIMPAR, MARCAR ETC.), CLASSIFICAÇÃO DE DADOS NAS PLANILHAS E GRÁFICOS 282

SOFTWARE DE APRESENTAÇÃO DO POWERPOINT: ÁREA DE TRABALHO, BARRAS DE FERRAMENTAS, BOTÕES E MENUS DO POWERPOINT, CRIAÇÃO DE APRESENTAÇÕES E INSERÇÃO DE SLIDES, ELEMENTOS DA TELA E MODOS DE VISUALIZAÇÃO, OBJETOS DE TEXTO (FORMATAR, MOVER, COPIAR E EXCLUIR OBJETOS), LISTAS NUMERADAS, LISTAS COM MARCADORES E OBJETOS DE DESENHO, USO DE TABELAS, GRÁFICOS, PLANILHAS E ORGANOGRAMAS, LEIAUTE, ESQUEMA DE CORES, SEGUNDO PLANO E SLIDE MESTRE, MONTAGEM DE SLIDES ANIMADOS E INTEGRAÇÃO COM WORD E EXCEL ... 292

■ REDES DE COMPUTADORES: CONCEITOS BÁSICOS 299

FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET E GRUPOS DE DISCUSSÃO 311

CORREIO ELETRÔNICO: ENDEREÇOS, UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TÍPICOS 315

Navegadores, Sítios de Busca e Pesquisa na Internet 321

Redes Sociais 322

PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO 327

COMPUTAÇÃO NA NUVEM 328

DEEP WEB E DARK WEB 333

CONCEITOS DE SEGURANÇA: PROCEDIMENTOS E SEGURANÇA DE ACESSOS, PROGRAMAS MALICIOSOS E FERRAMENTAS ANTIVÍRUS 335

CRIPTOGRAFIA 351

PROCEDIMENTOS DE BACKUP E ARMAZENAMENTO DE DADOS NA NUVEM 353

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO 363

- **CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS 363**
- **SISTEMA LEGAL DE MEDIDAS 369**
- **RAZÕES E PROPORÇÕES 372**
  - **DIVISÃO PROPORCIONAL 374**
  - **REGRA DE TRÊS SIMPLES 376**
  - **REGRA DE TRÊS COMPOSTAS 378**
  - **PORCENTAGENS 380**
- **EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES DE 1º E DE 2º GRAUS 382**
  - **SISTEMAS LINEARES 390**
- **FUNÇÕES E GRÁFICOS 391**
- **PROGRESSÕES ARITMÉTICAS E GEOMÉTRICAS 397**
- **LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO 400**
  - **ANALOGIAS 400**
  - **INFERÊNCIAS 401**
  - **DEDUÇÕES 401**
  - **CONCLUSÕES 401**
- **LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL) 402**
  - **COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS 402**
  - **PROPOSIÇÕES SIMPLES 402**
  - **PROPOSIÇÕES COMPOSTAS 405**
  - **TABELAS-VERDADE 406**
- **EQUIVALÊNCIAS 410**
  - **LEIS DE DE MORGAN 415**
- **DIAGRAMAS LÓGICOS E LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM 418**
- **PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE 422**
- **OPERAÇÕES COM CONJUNTOS 431**
- **RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS 440**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

ESTATÍSTICA 463

ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS 463

TABELAS 463

GRÁFICOS E DIAGRAMAS 466

MEDIDAS DESCRITIVAS (POSIÇÃO, DISPERSÃO, ASSIMETRIA E CURTOSE) 468

PROBABILIDADE 477

DEFINIÇÕES BÁSICAS 477

AXIOMAS 477

Independência 478

PROBABILIDADE CONDICIONAL 480

TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM 480

AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES, ESTRATIFICADA, SISTEMÁTICA E POR CONGLOMERADOS 481

AMANHO AMOSTRAL 481

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA 489

ARQUIVÍSTICA 489

PRINCÍPIOS E CONCEITOS 489

FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS 490

LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA 491

SISTEMAS E REDES DE ARQUIVO 494

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DE DOCUMENTOS; IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS 495

Classificação 498

Ordenação de Documentos de Arquivo 499

Arquivamento 499

AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO 506

Descrição 512

PROTOCOLO 512

RECEBIMENTO 513

REGISTRO 514

DISTRIBUIÇÃO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS 515

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

TRAMITAÇÃO 515
- ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO 515
- PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO 515
- ANÁLISE TIPOLÓGICA DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO 518
- POLÍTICAS DE ACESSO AOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO 518
- SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS 521

REQUISITOS 521

DOCUMENTOS DIGITAIS E METADADOS 521
- MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO 523

ATUALIDADES 531
- TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA 531

REDAÇÃO DISCURSIVA 539
- INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA 539

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ARTIGOS 101 A 105-B)

SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

> **Art. 101** *A **Segurança Pública**, **dever** do Estado, **direito** e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e asseguramento da liberdade e das garantias individuais através dos seguintes órgãos permanentes:*
> *I - Polícia Civil;*
> *II - Polícia Militar;*
> *III - Corpo de Bombeiros Militar.*
> *IV - Polícia Penal, vinculada ao órgão administrador do sistema penal.*
> *V - Guardas Municipais.*
> *VI - os órgãos e entidades executivos de trânsito responsáveis pela segurança viária.*

Na CF, de 1988, a prestação da **segurança pública** está prevista no art. 144, sendo um dos deveres do Estado brasileiro. Por essa razão, a Constituição Federal disciplina os órgãos encarregados da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, quais sejam:

- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Polícia Ferroviária Federal;
- Polícias Civis;
- Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;
- Polícias Penais federal, estaduais e distrital.

Repetindo a norma constitucional, o art. 101, da CE, estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Ela é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

No entanto, se na CF, são seis os órgãos de Segurança Pública, na CE, são também seis, mas com composição diferente: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Penal, as Guardas Municipais e os órgãos e entidades executivos de trânsito responsáveis pela segurança viária (incisos I, II, III, IV, V e VI, art. 101, da CE). Em termos gerais, enquanto competem à Polícia Civil as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as infrações militares, ou seja, investigar as infrações penais (crimes e contravenções) após a sua ocorrência, cabe à Polícia Militar a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, isto é, atuar preventivamente (ostensivamente), para que as infrações penais não ocorram. Já aos Corpos de Bombeiros Militares compete a execução de atividades de defesa civil e à Polícia Penal incumbe a segurança dos estabelecimentos penais (art. 144, da CF, de 1988). Por fim, às Guardas Municipais cabe a proteção dos bens, serviços e instalações dos Municípios (§ 8º, art. 144, da CF, de 1988), e aos órgãos e entidades executivos de trânsito compete a segurança viária (§ 10, art. 144, da CF, de 1988).

As regras estaduais serão analisadas a seguir:

> **Art. 101** *[...]*
> *§ 1º As **atividades de Segurança Pública** serão organizadas em sistema, na forma da lei.*

O § 1º estabelece que cada órgão deve ter suas atividades fixadas em lei.

Importante!

No caso da Polícia Penal, tem-se a Lei Complementar nº 442, de 2020, e o Decreto nº 58.459, de 2025.

> **Art. 101** *[...]*
> *§ 2º Cabe ao **Governador do Estado**, assessorado por um Conselho de Defesa Social, o **estabelecimento da Política de defesa social e a coordenação** das ações de Segurança Pública.*

De acordo com o § 2º, compete ao Governador estabelecer as regras acerca da política de defesa social e de Segurança Pública. Para desempenhar tal tarefa, o Governador conta com o assessoramento do Conselho de Defesa Social. Observa-se, no entanto, que o papel do Governador não se restringe apenas ao estabelecimento das normas, mas também à nomeação dos responsáveis pelos órgãos.

> **Art. 102** *A **Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar**, integrantes da **Secretaria de Estado** responsável pela defesa social, e a **Polícia Penal**, vinculada ao órgão administrador do sistema penal, regular-se-ão por estatutos próprios que estabelecerão a organização, garantias, direitos e deveres de seus integrantes, estruturando-os em carreira, tendo por princípio a hierarquia e a disciplina.*

O art. 102, da CE, estabelece que as atividades de segurança p**ública da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiro**s Militar serão concentradas num único órgão de administração, de modo a garantir sua eficiência. Trata-se da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. A Polícia Penal, por sua vez, estará vinculada ao órgão administrador do sistema penal.

Diante disso, conclui-se que esses são órgãos que devem seguir os ditames da hierarquia e disciplina.

A organização e funcionamento dos órgãos encarregados da segurança pública são estabelecidos em lei. Além disso, além dos cursos de formação, esses órgãos deverão realizar, periodicamente, a reciclagem, com o objetivo de aperfeiçoar, avaliar e manter a progressão funcional dos seus servidores.

> **Art. 103** *À **Polícia Civil**, dirigida por **Delegado de Polícia**, ocupante do último nível da carreira, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:*
> *I - as funções de P**olícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;***

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO DIREITO PROCESSUAL PENAL

DO PROCESSO EM GERAL

Disposições Preliminares

As normas dividem-se em regras e princípios. As regras podem ou não serem cumpridas, conforme a técnica do tudo ou nada, já os princípios podem ser ponderados, sem que haja a exclusão de um, para prevalecer o outro, ocorrendo uma mera flexibilização, a fim de suceder o encaixe perfeito no caso concreto. Por exemplo, nas decisões dos tribunais, muitas vezes, acontece a disputa **liberdade de expressão x privacidade**, e os julgadores tentam conciliar entre ambos os princípios.

Nesse viés, os princípios são mais abstratos do que as regras, e, geralmente, as embasam. Por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana inspirou várias regras protetivas de direitos do preso (direito à saúde, trabalho, estudo).

Destarte, a Constituição Federal de 1988 preocupou-se com as garantias processuais penais em diferentes dispositivos, instituindo um amplo rol de princípios constitucionais protetivos do processo penal, bem como a presunção de inocência, um princípio basilar extraído diretamente do texto constitucional. O Código de Processo Penal, inspirado nas garantias constitucionais, forma um complexo de regras e princípios que conduzem a marcha processual.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

É necessário que seja feito um estudo acerca dos princípios fundamentais do processo penal, uma vez que a atividade diária necessita do uso de cada um deles para garantir que a norma e a eficácia judicial estejam sendo cumpridas. Nesse sentido, cabe a explanação de cada um deles para o seu melhor entendimento e preparo para as provas de concursos pelo país.

Entenda os princípios processuais mais importantes:

Princípio do Devido Processo Legal

Com base no inciso LIV, art. 5º, da Constituição Federal, de 1988:

> **Art. 5º** *[...]*
> *LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;*

Este está no ápice dos princípios mais importantes na atividade diária da aplicação do direito penal e processual penal, tendo em vista que os bens e a liberdade possuem uma tutela específica, resguardada constitucional, legal e judicialmente. Com base nisso, o devido processo legal estabelece que ninguém poderá ser privado de seus bens ou de sua liberdade sem que haja um processo judicial, em que será aplicado o que é justo, com a observância das normas processuais.

Os fundamentos e objetivos desse princípio correspondem a encarar a tipicidade dos atos processuais, em que os atos do processo são realizados conforme o previsto na lei processual. Ademais, há a presunção de legitimidade dos atos praticados conforme a lei, bem como o princípio da reserva legal, aplicado subsidiariamente a este para assegurar garantias e direitos fundamentais, mediante ao fato de que toda atividade do Estado deve ser feita conforme o que está expresso em lei.

Além do mais, tem-se a necessidade de observância de todas as formalidades processuais, assim como a forma que deve ser respeitada, mas sem excessos de formalismos para facilitar a compreensão. Assim, haverá o cumprimento do contraditório e ampla defesa, bem como a fundamentação das decisões e a recorribilidade das decisões de mérito.

Presunção de Inocência

Consiste no direito de não ser declarado culpado, senão após o devido processo legal. A consequência deste princípio é que a parte acusadora fica com o ônus de demonstrar a culpabilidade do acusado. Ex.: para a imposição de uma sentença condenatória é necessário provar, eliminando qualquer dúvida razoável (*in dubio pro reo*).

> **Art. 5º** *[...]*
> *LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;*

Em 2019, o STF fixou entendimento no sentido de que o início do cumprimento da pena precisa do trânsito em julgado da condenação. Dessa forma, apenas pode ocorrer prisão cautelar (provisória, temporária) antes do esgotamento da via recursal.

Contraditório

Consiste no direito à informação, somado ao direito de participação. Quanto ao direito de informação, destacam-se as citações e intimações. Quanto ao direito de participação, o acusado precisa ter a oportunidade de reagir. Ex.: contestar, recorrer.

> **Dica**
>
> **Súmula n° 707 (STF)** *"Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo".*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA — ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há "regras" para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra "marido"); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão "minha chefe"); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão "parou de beber"). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

FUNDAMENTOS DO WINDOWS: OPERAÇÕES COM JANELAS, MENUS, BARRA DE TAREFAS E ÁREA DE TRABALHO E CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO WINDOWS (RESOLUÇÃO DA TELA, CORES, FONTES, IMPRESSORAS, APARÊNCIA, SEGUNDO PLANO E PROTETOR DE TELA)

O sistema operacional Windows 11 foi desenvolvido pela Microsoft para computadores pessoais (PC) e lançado oficialmente em 2021.

A maioria das caraterísticas foi mantida por questões de compatibilidade com as versões anteriores, como os caracteres não permitidos nos nomes de arquivos e pastas. Os atalhos de teclado também foram mantidos, com a adição de novos recursos e alterações pontuais.

Algumas das principais novidades incluem:

- **Design renovado**: o Windows 11 apresenta um design mais moderno e elegante, com cantos arredondados e transparências. O menu **Iniciar** foi reposicionado ao centro da barra de tarefas e, agora, inclui ícones de aplicativos recomendados;
- **Novo recurso *Snap Layouts***: o *Snap Layouts* permite que as várias janelas abertas sejam organizadas em leiautes predefinidos, facilitando a multitarefa. Esta funcionalidade é válida para múltiplos monitores, permitindo "memorizar" o posicionamento das janelas ao desconectar e conectar novamente a segunda tela. É possível escolher entre vários leiautes diferentes, como lado a lado, quadrado ou vertical, para organizar as janelas abertas. Além disso, o Windows 11 apresenta um novo recurso chamado *Snap Groups*, que permite que se salve e restaure grupos de aplicativos abertos em um determinado momento;
- **Microsoft Teams integrado**: o Windows 11 inclui o Microsoft Teams, permitindo que se faça chamadas de vídeo e áudio diretamente no sistema operacional. Esta integração possibilita acesso rápido aos recursos de videochamadas e videoconferência do Microsoft Teams;
- ***Widgets***: o Windows apresenta uma nova área de *widgets* (bugigangas ou ferramentas) que pode ser personalizada para exibir informações relevantes, como notícias, clima e calendário. Os *widgets* são personalizáveis e podem ser redimensionados ou movidos. Atalho de teclado: Windows + W;
- **Desempenho aprimorado**: o Windows 11 foi projetado para ser mais rápido e eficiente do que o Windows 10, com melhorias no desempenho da CPU (processador), GPU (processador gráfico) e memória;
- **Controle de aplicativo inteligente**: é um recurso que

> *[...] adiciona proteção significativa contra ameaças novas e emergentes bloqueando aplicativos mal-intencionados ou não confiáveis. O Controle de Aplicativo Inteligente também ajuda a bloquear aplicativos potencialmente indesejados, que são aplicativos que podem fazer com que seu dispositivo seja executado lentamente, exibir anúncios inesperados, oferecer software extra que você não queria ou fazer outras coisas que você não espera. (Microsoft)*

O Controle de Aplicativo Inteligente opera junto ao software de segurança Microsoft Defender. Para acessar as configurações do Controle de Aplicativo Inteligente, você pode acessar Configurações e, em seguida, Segurança do Windows;

- **PDE** (*Personal Data Encryption*): um recurso que permite criptografar arquivos e pastas no Windows 11. Ele protege os dados pessoais contra acesso não autorizado, garantindo que apenas o dono ou proprietário possa acessá-los;
- **Segurança aprimorada**: recursos como o TPM 2.0 e o Secure Boot protegem contra ameaças e invasões.

Em concursos públicos, as novas tecnologias e suportes avançados são raramente questionados. As questões aplicadas nas provas envolvem os conceitos básicos e o modo de operação do sistema operacional em um dispositivo computacional padrão (ou tradicional).

O sistema operacional Windows é um software proprietário, ou seja, não tem o núcleo (*kernel*) disponível e o usuário precisa adquirir uma licença de uso da Microsoft.

CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS

No Windows 11, os diretórios são chamados de pastas, e algumas delas são consideradas especiais, pois contêm coleções de arquivos denominadas Bibliotecas.

Ao todo, são **quatro** Bibliotecas: Documentos, Imagens, Músicas e Vídeos. O usuário poderá criar Bibliotecas para sua organização pessoal, uma vez que elas otimizam a organização dos arquivos e pastas, inserindo apenas ligações para os itens em seus locais originais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra N, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, ...}

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de "contagem natural". Por isso, utiliza-se o símbolo N* para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: N* = {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7...}.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os números **naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor**: é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número "n" é o número "n+1".
  - **Exemplo**: o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor**: é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número "n" é o número "n–1".
  - **Exemplo**: o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos**: são números em sequência. Assim, (n – 1, n e n+1) são números consecutivos.
  - **Exemplo**: 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares**: são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;
- **Números naturais ímpares**: quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: 12 + 8 = 20; 12 – 8 = 4.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: 13 + 7 = 20; 13 – 7 = 6.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: 14 + 5 = 19; 14 – 5 = 9.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: 8 · 6 = 48.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: 3 · 7 = 21.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

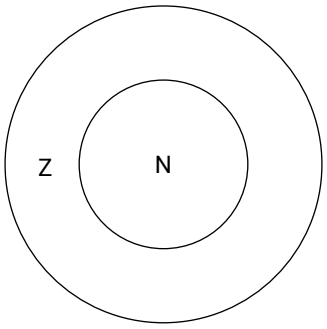
- Ex.: 4 · 5 = 20.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

Z = {... –7, –6, –5, –4, –3, –2, –1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, ...}

O símbolo desse conjunto é a letra Z. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que N é um subconjunto de Z. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

- **Números inteiros não negativos** (Z^+) = {0, 1, 2, 3...}. Veja que estes são os números naturais;
- **Números inteiros não positivos** (Z^-) = {... -3, -2, -1, 0}. Veja que o zero também faz parte deste conjunto, pois ele não é positivo nem negativo;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS

A estatística é a parte da matemática que se dedica à análise, apresentação e interpretação de dados coletados. Esses dados são coletados dentro de uma **população**, que é o conjunto total dos elementos a serem estudados (podem ser pessoas, objetos etc.). Dessa população, podemos coletar os dados de duas maneiras:

- **Censo**: quando são coletados os dados de toda a população;
- **Amostra**: subconjunto da população, da qual são coletados dados para, posteriormente, fazer uma inferência sobre a população (inferência estatística).

Ex.: na eleição, todas as pessoas aptas a votar são a população. Quando uma empresa é contratada para fazer uma pesquisa de intenção de voto, eles selecionam uma amostra dessa população, fazem as perguntas predeterminadas pela pesquisa e, com os dados das respostas, fazem uma inferência de como a população toda irá votar.

Um dos ramos da estatística é a **estatística descritiva**, em que estudaremos quatro tipos de medidas descritivas:

- as medidas de **tendência central**, medidas que indicam a posição dos dados, como média, mediana, moda e quartis (também chamadas de medidas de **posição**);
- as medidas de **dispersão**, que medem o grau de variabilidade dos elementos de um conjunto, como desvio-padrão, variância, amplitude;
- a **assimetria** da curva;
- o achatamento da curva, chamado de **curtose**.

Importante!

Essas duas últimas (assimetria e curtose) também são conhecidas como medidas de **distribuição**.

Os dados de uma amostra podem ser **qualitativos**, que são aqueles dados não numéricos como sexo, nacionalidade, avaliação nominal (bom, regular, ruim) etc., ou **quantitativos**, dados expressos em números que podem ser objeto de contagens, medições como altura, peso etc.

Atenção: não necessariamente dados expressos em números serão quantitativos; eles podem também ser qualitativos, como RG, CPF, CNPJ, CEP, CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) — geralmente esse tipo de código ou classificação é feito em números. Exemplo: se quisermos saber a quantidade de empresas que atuam em cada setor, podemos usar a CNAE, que é um número, para separar a quantidade de mercados, farmácias, postos de combustíveis etc.

Os dados qualitativos podem ser:

- **Ordinais**: podem ser ordenados, como mês, nível de escolaridade, tamanho de roupa (P, M, G), entre outros. Ex.: o nível de escolaridade pode ser dividido em ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, pós-graduação. Por mais que seja um dado qualitativo, conseguimos colocar isso em ordem, pois sabemos que primeiro vem o ensino fundamental, depois o ensino médio e assim por diante. Da mesma forma com os meses: sabemos que primeiro vem janeiro, depois fevereiro até chegar em dezembro;
- **Nominais**: não podem ser ordenados, como sexo, estado civil, entre outros. Ex.: podemos dividir os estados civis em casado, união estável, solteiro, viúvo... Não temos uma ordem entre essas opções.

Os dados quantitativos podem ser:

- **Discretos**: dados que possuem um conjunto finito de valores, como a quantidade de acertos em uma prova de múltipla escolha — a quantidade será apenas números inteiros, 0, 1, 2, 3 e assim por diante;
- **Contínuos**: possuem uma escala contínua de valor, como tempo, comprimento etc. Ex.: vamos considerar a variável altura. Entre os dados 1,70 m e 1,71 m existe uma infinidade de números.

TABELAS

Para que serve e como montar uma tabela? Uma tabela deve ser composta por diversas linhas e colunas. Devemos também ter um título (normalmente na primeira linha da tabela) e vários dados organizados nas linhas e colunas seguintes.

Geralmente, na primeira linha, depois do título, teremos as classes que serão retratadas nas linhas, por exemplo: estados, siglas, população, área etc. Nas linhas seguintes teremos os dados da tabela; teremos em uma mesma linha o estado, relacionando sua sigla, sua população, sua área etc.

Vejamos o exemplo dessa tabela citada:

INFORMAÇÕES DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE			
Estado	**Sigla**	**População**	**Área (km^2)**
Minas Gerais	MG	21.292.666	586.522
Espírito Santo	ES	4.064.052	46.095
Rio de Janeiro	RJ	17.366.189	43.780
São Paulo	SP	45.919.049	248.222

Analisando a tabela anterior, podemos concluir que Minas Gerais (MG) é o maior estado da região Sudeste, pois tem a maior área, mas que o estado de São Paulo é o mais populoso, por ter uma população maior que os outros.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

ARQUIVÍSTICA

PRINCÍPIOS E CONCEITOS

Antes de entrarmos na definição de arquivo propriamente dito, é necessário saber alguns conceitos fundamentais.

Informação é o "*elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos num documento*" (Arquivo Nacional, 2005, p. 107). Portanto, informação é todo conhecimento ou concepção presente em um documento — como uma receita anotada em papel, um arquivo em PDF ou os dados contidos em um ingresso de cinema, entre outros exemplos.

Suporte é o "*material no qual são registradas as informações*" (Arquivo Nacional, 2005, p. 159). Ou seja, o suporte corresponde ao material em que as informações estão sendo registradas.

SUPORTES	
3.500 a.C. a 500 a.C.	Antes do papel: ossos, fibras, peles, barro
105 a.C. até hoje	Era do papel
1930 a 1960	Era do computador
1997 até os dias atuais	Era das mídias móveis

Alguns exemplos de suporte são: papel, fita magnética, filme de nitrato, acetato, disco óptico, disco magnético, filme, CD, DVD, disquete, fotolitos, pen drive e cartões de memória. Temos, por exemplo, músicas armazenadas em pen drives, assim como filmes gravados em DVDs.

Formato é o "*conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura de informação e conteúdo de um documento*" (Arquivo Nacional, 2005, p. 94). O formato relaciona-se com a forma de apresentação de uma informação, de acordo com a configuração física do suporte, a natureza e a forma de confecção.

Por exemplo, uma correspondência está no suporte papel e no formato de envelope. Este documento que você está lendo pode ser encontrado no formato apostila ou PDF, mas também poderia estar nos formatos Word, Excel etc.

Alguns exemplos de formato são: diapositivo, mapa, planta, rolo de filme, fichas, códice, livro e envelope.

Documento é toda unidade de registro de informações, independentemente do suporte ou formato, passível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, por comprovar fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos humanos em um determinado período ou local (Arquivo Nacional, 2005, p. 73).

Dica

A fórmula do documento é: documento = informação + (qualquer) suporte ou formato.

Para ser considerado um documento, é necessário conter todos esses elementos. Qualquer informação registrada em um suporte e em um formato é um documento — até mesmo uma frase gravada em uma pedra pode ser classificada dessa forma.

Para ilustrar, pensemos em uma folha A4 com um texto:

- ela contém informações? Sim, pois há palavras escritas que transmitem uma ideia.
- ela tem suporte? Sim, pois está impressa, ou seja, utiliza o suporte papel.
- ela apresenta formato? Sim, o formato é a própria folha A4, que se refere à maneira como o documento se apresenta fisicamente — com dimensões específicas (29,7 cm x 21 cm), gramatura, espessura etc.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

ATUALIDADES

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O RETRATO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL EM 2025

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado todo ano pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, consolida os registros das secretarias estaduais de segurança, das polícias e do sistema prisional em uma base nacional comparável. A 20ª edição, divulgada em julho de 2026, reúne os números de 2025 e se firmou como a referência estatística do setor, justamente por padronizar dados que cada unidade da Federação produz com metodologia própria.

O indicador central do levantamento é o de mortes violentas intencionais, que soma homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte, mortes decorrentes de intervenção policial e policiais assassinados. Esse agregado existe porque um mesmo fato pode receber classificação distinta conforme o estado, e a soma impede que mortes desapareçam na troca de rótulo.

O país registrou 40.775 mortes violentas intencionais em 2025, o equivalente a 19,1 por 100 mil habitantes. A taxa ficou abaixo de 20 pela primeira vez desde o início da série, em 2012, quando marcava 27,7, e recuou 8,2% em relação às 44.127 mortes contabilizadas em 2024.

Puxaram a queda os homicídios dolosos, que recuaram 10% no período, acompanhados pelos latrocínios, com menos 17%, e pelas lesões corporais seguidas de morte, com menos 15,2%. Os roubos caíram cerca de 18%, de modo que violência letal e violência patrimonial recuaram ao mesmo tempo, movimento pouco frequente na série histórica brasileira.

Dois indicadores correram no sentido oposto do movimento geral e exigem leitura separada, porque revelam violências que a queda dos homicídios não alcançou. As mortes decorrentes de intervenção policial chegaram a 6.602, alta de 5,4% e maior patamar desde 2016, com média de 18 por dia. Os feminicídios somaram 1.571 vítimas, recorde da série histórica, enquanto os policiais mortos em mortes violentas intencionais caíram para 139.

O perfil das vítimas repete o padrão de toda a série histórica, com homens respondendo por 90,8% das mortes violentas intencionais e pessoas negras por 79,7% delas. Jovens de 18 a 29 anos concentram 41,6% dos casos. Na letalidade policial a desproporção racial é ainda maior, e pessoas negras morrem 3,5 vezes mais que pessoas brancas.

A distribuição territorial é desigual e separa o país em realidades que pouco se comunicam, pois Amapá (42,5), Bahia (36,8) e Ceará (34,7) lideraram as taxas por 100 mil habitantes em 2025. No extremo oposto ficaram Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal, os três abaixo de dez mortes por 100 mil habitantes. Sete unidades da Federação registraram alta, e a maior delas coube ao Rio Grande do Norte, com crescimento de 19,6%.

Entre as maiores reduções aparecem Amazonas, com recuo de 32,5%, Rio Grande do Sul, com 25,7%, e Mato Grosso, com 23,2%. Pernambuco diminuiu 9,3% no mesmo período. Variações dessa magnitude em um único ano costumam refletir mudança na dinâmica das disputas entre grupos criminosos armados, e não apenas o desenho da política de segurança adotada pelo estado.

Atenção! A taxa por 100 mil habitantes é a medida adequada para comparar estados e períodos, porque neutraliza a diferença de tamanho das populações. Um estado populoso pode somar mais mortes em números absolutos e ainda assim apresentar taxa menor que a de um estado pequeno.

INDICADOR EM 2025	NÚMERO	VARIAÇÃO SOBRE 2024
Mortes violentas intencionais	40.775 (19,1 por 100 mil)	Queda de 8,2%
Homicídios dolosos	Maior parcela do agregado	Queda de 10%
Latrocínios	Menor volume da série recente	Queda de 17%
Lesão corporal seguida de morte	Terceiro item do agregado	Queda de 15,2%
Mortes por intervenção policial	6.602 (18 por dia)	Alta de 5,4%
Feminicídios	1.571 (4,3 por dia)	Alta de 4% (recorde)
Policiais mortos	139	Queda de 3,5%

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOVA CONCURSOS

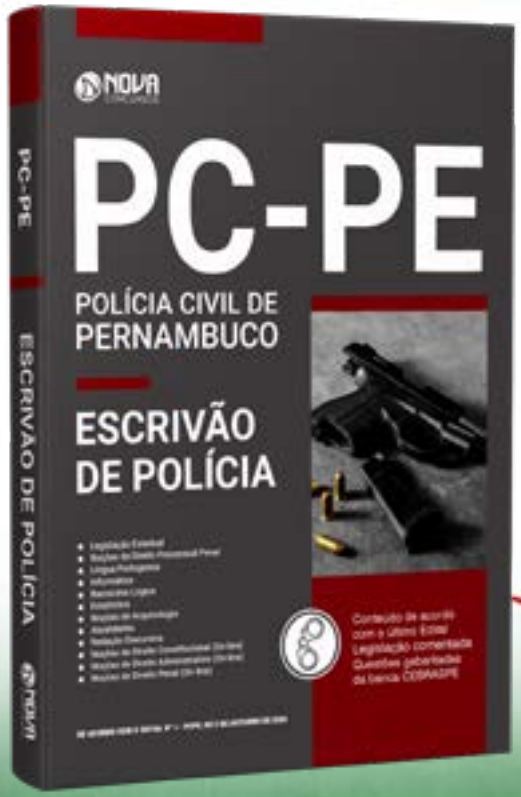
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO